
A DESNATURALIZAÇÃO DA MENSTRUÇÃO: HORMÔNIOS CONTRACEPTIVOS E TECNOCIÊNCIA

Daniela Tonelli Manica

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: Com o desenvolvimento da contracepção hormonal a partir de 1950, tornou-se possível não apenas intervir sobre o potencial reprodutivo dos ciclos férteis femininos, como também produzir uma alteração nos padrões de sangramentos menstruais. Inicialmente considerada um efeito colateral “indesejável”, a supressão da menstruação passou, a partir da década de 1990, a ser reapresentada: novas configurações de contraceptivos hormonais propuseram a suspensão dos sangramentos por longos períodos. Neste artigo, discuto os argumentos apresentados por um dos maiores entusiastas desses métodos: o médico baiano Elsimar Coutinho, autor do livro *Menstruação, a sangria inútil*. Suas justificativas passam por referências à fertilidade e sexualidade de primatas não humanos, assim como pela desassociação entre menstruação e natureza, e por uma analogia com o desacreditado método das sangrias terapêuticas. Proponho problematizar o recurso de Coutinho às distinções entre natureza e cultura, procurando revelar algumas das articulações entre corpo, gênero e hormônios que esse debate permite acessar.

Palavras-chave: contracepção hormonal, menstruação, natureza versus cultura, tecnociência.

Abstract: With the development of hormonal contraception in the 1950s, it became possible not only to intervene over the reproductive potential of feminine fertile cycles, but also to produce an alteration in bleeding patterns. Initially considered an “undesired” collateral effect, menstruation suppression began to be re-presented in the 1990s: new configurations of hormonal contraceptives proposed the suspension of bleedings for long periods of time. In this article, I discuss the arguments presented by one of the greatest enthusiastic of these methods: Elsimar Coutinho, a medical doctor from Salvador, Bahia, the author of *Menstruation, a useless bleeding*. His arguments focus on references to nonhuman primates’ fertility and sexuality, on the disarticulation between menstruation and nature, and on an analogy with the disbelieved method of therapeutic bleedings. I propose to question Coutinho’s use of the distinctions

between nature and culture, intending to reveal some of the articulations of body, gender and hormones that this debate allows us to access.

Keywords: *hormonal contraception, menstruation, nature versus culture, technoscience.*

Scientific debate about monkeys, apes and human beings, that is, about primates, is a social process of producing stories, important stories that constitute public meanings. Science is our myth. (Haraway, 1991, p. 81).

Com o desenvolvimento da contracepção hormonal a partir de 1950, tornou-se possível não apenas intervir sobre o potencial reprodutivo dos ciclos férteis femininos, como também produzir uma alteração nos padrões de sangramentos menstruais. Dependendo da formulação e dosagem de hormônios que componham determinado método contraceptivo, é possível que, em algumas mulheres, ele interrompa a menstruação por períodos prolongados. Esse efeito, inicialmente considerado “colateral” e “indesejável”, passou, a partir da década de 1990, a ser reapresentado: novas configurações de contraceptivos hormonais foram sendo propostas e divulgadas com esse resultado adicional de suprimir a menstruação.¹

Neste artigo, discuto os argumentos apresentados por um dos maiores entusiastas desses métodos: o médico baiano Elsimar Coutinho (1996), autor do livro *Menstruação, a sangria inútil*, cuja trajetória de mais de 50 anos de pesquisas clínicas na área da contracepção analisei em minha tese de doutorado (Manica, 2009). Publicado e lançado no mercado brasileiro em 1996, o livro *Menstruação, a sangria inútil* rendeu ao autor uma grande projeção nos meios de comunicação brasileiros. Além de figurar entre as populares categorias de literatura sobre saúde e bem-estar, tendo sido reeditado com frequência (atualmente o livro se encontra na 8ª edição, com mais de 30 mil exemplares vendidos), o livro foi também traduzido para o inglês e, com algumas adaptações, publicado pela Oxford University Press.

Sua tese principal, que explorarei de forma mais detalhada a seguir, é de que os sangramentos menstruais não são naturais. Na perspectiva de Coutinho, natural é a gravidez. Com isso, ele pretende defender que a supressão da

¹ Discuto alguns deles na minha dissertação de mestrado (Manica, 2003).

menstruação não deve ser um efeito temido pelas usuárias de hormônios, e sim desejável. Ao longo de todo o livro, Coutinho recorre a um discurso pausado pela distinção entre os domínios da natureza e da civilização.

Procuro pensar neste artigo como os vários sentidos da dicotomia natureza *versus* cultura (natureza/biologia e cultura/civilização/sociedade) são rerepresentados por Elsimar Coutinho em *Menstruação, a sangria inútil*. Em suas falas, são evidentes as conexões com seu contexto profissional de atuação e produção, ou seja, o campo da produção de tecnologias hormonais (contraceptivas ou não). Nesse sentido, “natureza” aparece como um mito de origem para pensar, de forma contrastiva, a sociedade industrial contemporânea, ou, no caso, pensar a produção das tecnologias hormonais contraceptivas. Coutinho atua no sentido de justificar essas tecnologias, e ressignificar um de seus efeitos mais indesejáveis e notáveis: as alterações menstruais.

Desde o início do livro *Menstruação, a sangria inútil*, Coutinho caracteriza sua atuação como sendo de vanguarda. Para justificar, ele apresenta um resumo da sua trajetória que é recorrente também em seus outros textos e coletâneas: suas pesquisas sobre contracepção hormonal (com injetáveis, implantes subcutâneos, pílula vaginal, a pílula masculina, entre outros), os apoios e oposições – constantes e multifacetadas – às suas pesquisas, e seu argumento sobre a inutilidade da menstruação. O principal ponto de apoio está na percepção de uma ambiguidade relacionada à menstruação: por um lado, um fenômeno entendido como natural, relacionado à feminilidade, fertilidade e juventude femininas, por outro, uma fonte de incômodos para muitas mulheres.

Na introdução, Coutinho faz referência a uma pesquisa sobre a percepção da menstruação entre mulheres, enfatizando dois resultados em especial: o primeiro, de que quase todas relataram algum desconforto físico relacionado à menstruação, e o segundo, para ele contraditório, de que apenas uma minoria delas gostaria de suprimir a menstruação. Segundo ele,

as razões para esse aparente paradoxo se prendem principalmente à crença largamente difundida de que a menstruação é um fenômeno natural e inevitável e de que qualquer perturbação da sua regularidade traz sérias conseqüências para a saúde. Essa crença infelizmente não é só das mulheres, é convicção generalizada até no meio médico, que esteve mais de 2 mil anos sob a influência dos ensinamentos hipocráticos e galênicos, nos quais a sangria se apresentava como o mais poderoso e eficiente remédio para quase todas as doenças. (Coutinho, 1996, p. 22).

O argumento central de Coutinho está, também, resumido nas primeiras páginas da introdução:

Na realidade, tudo indica que no passado remoto, quando as mulheres começavam a ovular depois dos 18 anos e morriam antes dos 30, a menstruação era um fenômeno raro. Vivendo em bandos, sempre grávidas ou amamentando até a morte, não poderiam mesmo experimentar as menstruações repetidas, possíveis apenas quando mulheres e homens férteis vivem separados. Somente quando o homem começou a se organizar socialmente é que surgiram as condições que deram à mulher a oportunidade e os meios de sobreviver sem ser alvo da ação reprodutora dos homens. Os filósofos gregos, que estabeleceram as bases do racionalismo ocidental, analisaram a menstruação à luz da lógica e concluíram que se sangrar periodicamente não fazia mal às mulheres, devia fazer bem. A caracterização do sangramento periódico, tido como fenômeno benéfico por Hipócrates, o Pai da Medicina, e Galeno, o Príncipe da Medicina, corroborada pela execução da sangria pelo médico como recurso terapêutico insuperável, assegurou à menstruação uma conotação positiva, não apenas útil, mas indispensável à saúde da mulher. (Coutinho, 1996, p. 18).

Para Coutinho, a utilização da sangria por vários séculos como o tratamento médico por excelência teria sido inspirada na observação do sangramento mensal das mulheres e na atribuição de um valor positivo a esse sangramento. Embora a sangria não seja mais utilizada pelos médicos, essa conotação positiva da menstruação, surgida na Grécia Antiga, continuaria operando em relação à menstruação até mesmo após a descoberta dos mecanismos contraceptivos que possibilitariam a sua supressão.

O desenvolvimento da primeira pílula contraceptiva teria sido, segundo ele, uma oportunidade inédita de libertação para as mulheres em relação ao seu fluxo menstrual. Contudo, a preocupação da indústria farmacêutica pautou-se pelo desenvolvimento de um método que simulasse, na medida do possível, a menstruação (Coutinho, 1996, p. 19). Mantinha-se, assim, a concepção de que sangrar com essa periodicidade mensal seria benéfico, saudável, ou mesmo natural. A associação com a sangria terapêutica é um recurso fundamental para descaracterizar a menstruação como natural, e relacioná-la a um fenômeno resultante da organização social humana, portanto, passível de modificação.

Seu esforço argumentativo segue um percurso “histórico”. Coutinho procura retomar a forma como o ciclo menstrual teria se manifestado desde as

origens da humanidade, a fim de mostrar como a menstruação seria incompatível com o “estado de natureza”. Com o livro, ele pretende apresentar uma descrição “cronológica” da menstruação. O primeiro capítulo aborda “O ciclo menstrual e a menstruação no mundo animal, na Pré-História e na História”. Tratarei desse capítulo a seguir.

Primatas não humanos e os mitos científicos sobre a humanidade

O ponto de partida no “mundo animal” são os primatas não humanos. Aproveitando para se contrapor, como cientista, às concepções religiosas sobre a origem da humanidade, Coutinho argumenta:

Apesar de os cristãos insistirem em que o mundo do homem começou com Adão e Eva, tudo faz crer que, na verdade, o homem é o produto de um processo evolutivo lento e que os seus antepassados foram os mesmos que deram origem às várias espécies de primatas subhumanos existentes atualmente, entre os quais se incluem os chimpanzés e os gorilas. Para um evolucionista darwiniano, nada mais lógico, portanto, do que buscar no comportamento sexual e reprodutivo dos macacos o modelo do comportamento sexual dos antepassados do homem e da mulher modernos, já que no passado viviam (certamente como ainda vivem os primos peludos do homem) completamente sem a influência da cultura e dos costumes da civilização. (Coutinho, 1996, p. 27).

Após apresentar os principais trabalhos de primatólogos que apontam as similaridades entre o ciclo menstrual das primatas não humanas e humanas, Coutinho conclui com o seguinte parágrafo:

Naturalmente, vivendo em liberdade e convivendo com machos desejosos de copulá-las, *torna-se difícil encontrar uma fêmea de qualquer uma das espécies de macaco menstruando, porque quando não estão grávidas estão amamentando e tanto numa condição como na outra não menstruam*. Em cativeiro, isoladas de machos, a menstruação ocorre regularmente. (Coutinho, 1996, p. 29, grifo do autor).²

² A maior parte das referências de primatologia utilizadas por Coutinho é da década de 1970. As principais são *Behavioral sex differences in non human primates* (Mitchell, 1979) e *Contemporary primatology* (Kondo; Kawai; Ehara, 1975).

A concepção de Coutinho sobre a sexualidade (primata, humana e não humana) está fundamentada em uma perspectiva de gênero bastante específica: na “ação reprodutora dos machos”. Coutinho interconecta essa perspectiva ao seu argumento sobre a artificialidade da menstruação, apresentando, assim, duas situações distintas: a da natureza, em que as fêmeas não menstruam, pois estão “convivendo com machos desejosos de copulá-las”; e a da sociedade humana, em que as fêmeas, mantidas “isoladas de machos”, menstruam regularmente. Esse tipo de argumentação nos permite, desde já, perceber parte do repertório que compõe a sua tese: as concepções científicas sobre a origem da humanidade (no caso, a natureza, através da primatologia), as intervenções humanas (que atuam, entre outras coisas, sobre a sexualidade e a fertilidade), e relações de gênero.

A escolha pela primatologia não é acidental nem pouco usual. Como indica a pesquisadora norte-americana, Donna Haraway (1989), em *Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science*, os primatas não humanos, pela sua proximidade evolutiva com seres humanos, mereceram uma atenção especial dos cientistas naturais. Sua posição liminar, fronteira, rendeu não somente uma abordagem cheia de ambiguidades e disputas por parte da primatologia, como a constituição de uma relação de alteridade fundamental, entre humanos e primatas não humanos. Relação que, em alguns contextos, reproduz algumas das distinções entre natureza e cultura.

Olhar para a produção da primatologia permite perceber as narrativas construídas sobre questões culturalmente relevantes, como no caso, a origem da humanidade, da sociedade, do casamento, e assim por diante. Haraway propõe considerar os textos da biologia e da primatologia como “ficções científicas” através das quais essas narrativas, e os contextos de sua elaboração, são contrapostos.

A autora mostra como os valores que perfaziam a atividade dos cientistas europeus do século XIX, que eram com frequência também caçadores, passavam pela concepção da natureza como algo a ser apropriado, e, principalmente, um objeto em vias de extinção devido à própria expansão da civilização. Transposto para as savanas e montanhas africanas, o Jardim do Éden, paraíso perdido, seria habitado por esses animais, focos do interesse e curiosidade dos cientistas e também objetos a serem capturados pelos “corajosos” caçadores. Nos museus, tentava-se rerepresentar essas cenas (míticas) através dos animais empalhados e sua disposição num cenário-simulacro da natureza a que

pertenceriam. Haraway recupera a narrativa que orienta a construção desses dioramas, e revela, com isso, os valores postos em cena.

O uso de primatas em experimentação científica é um resultado, também, dessa relação de apropriação da natureza pela civilização. Ao descrever pesquisas com “mães de aluguel” feitas de pano, pelúcia e fios, a autora mostra como os bebês primatas participaram de um processo mais amplo, que permitia conectar o conhecimento científico à necessidade de discussão de questões como a liberdade sexual feminina, a maternidade e a inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Para Haraway, a primatologia é um espaço privilegiado para a construção de narrativas sobre gênero, raça, a origem da família e da humanidade. Quando inspirada pela sociobiologia, incorporam-se concepções sobre a inferioridade feminina (tamanho do corpo e, principalmente, do cérebro), a divisão sexual do trabalho (caçadores e coletoras), a sexualidade, sempre permeadas pela explicação que coloca o plano do biológico como um ponto de partida determinante e originário. Assim, cria-se um mito de origem para se explicar, entre outras coisas, desigualdades inerentes à própria cultura do observador. Ou seja, o objeto de pesquisa da primatologia inspira e é inspirado por questões que o pesquisador enfrenta em seu próprio universo sociocultural. No entanto, mesmo reconhecendo essas configurações multiculturais e politizadas como inflexões da forma como se constitui o conhecimento na primatologia, a autora não cai na armadilha de considerar os animais como “corpos pré-discursivos” sobre os quais os cientistas circunscreveriam sua retórica. Eles são, ao contrário, entendidos como “atores materiais-semióticos” ou ainda “espelhos para narrativas e metáforas”.

Haraway mostra ainda como as primatólogas feministas se debruçaram sobre esse tema tão privilegiado, contribuindo com diversas críticas a terminologias usadas na área (como estupro, infanticídio), às “provas” sobre a inferioridade feminina, e com um questionamento contundente da tradicional concepção de que os ancestrais humanos, representados pelos primatas, eram compostos por combinações sociais que compreendiam fêmeas coletoras e machos caçadores. Um dos trabalhos mais marcantes explorados por ela foi o de Sarah Hrdy, que discutiu, de uma perspectiva feminista, a questão do orgasmo feminino. Assim, de acordo com Haraway, a primatologia se configura definitivamente como um campo de embates por histórias de origem. Campo, no qual, inclusive, couberam e cabem muitas narrativas feministas, até mesmo

aquelas fundamentadas em argumentos sociobiológicos. Haraway (1991, p. 21, tradução minha) reconhece o potencial político da primatologia para o feminismo: ela pode ser “uma fonte de *insights* ou de ilusão; dependendo da nossa capacidade de construção de espelhos”.

Para uma discussão das teorias elaboradas por Coutinho, sugiro reter as conexões estudadas por Haraway entre a(s) primatologia(s) e os/as primatólogos/as que as produziam, e, principalmente, enfatizar as ligações entre o potencial mítico das narrativas sobre primatas, os contextos sociopolíticos e os potenciais retóricos que condicionam a produção de conhecimento.³

De acordo com Haraway, uma das principais razões para a utilização de animais como foco de pesquisas nos Estados Unidos das décadas de 1920 a 1940 tinha a ver com a própria utilização, científica e política, da distinção entre cultura e natureza. Haraway demonstra como a primatologia, a partir das narrativas sobre primatas e humanos, coloca em jogo toda uma “fisiologia política da dominação”. Nesse contexto, as teorias sobre reprodução estavam frequentemente relacionadas às questões político-econômicas de produção. A autora explora uma série de aspectos do conhecimento sobre primatas enfatizando inclusive conexões com as narrativas enfocadas em mulheres e em questões raciais, em função dessa busca por estórias de origem fundamentadas em uma natureza que, como ela mostra, é constantemente reinventada. Falando sobre a questão do ciclo menstrual nos primatas, diz (Haraway, 1991, p. 21-22):

Theories of animal and human society based on sex and reproduction have been powerful in legitimating beliefs in the natural necessity of aggression, competition, and hierarchy. In the 1920s, primate studies began to claim that all primates differ from other mammals in the nature of their reproductive physiology: primates possess the menstrual cycle. That physiology was asserted to be fraught with consequences, often expressed in the fantasy-inspiring “fact” of constant female “receptivity”. Perhaps, many have thought and some have hoped, the key to the extraordinary sociability of the primate order rests on a sexual foundation of society, in a family rooted in the glands and genes.

³ Essas relações, anunciadas em *Primate visions*, foram também apresentadas pela autora na coletânea intitulada *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature* (Haraway, 1991).

Desse modo, a presença do ciclo menstrual indicava, para a primatologia do início do século XX, a especificidade dos primatas em relação aos outros mamíferos e o potencial social e reprodutivo da disponibilidade e “receptividade” das fêmeas primatas, inclusive humanas.

As origens da civilização e o surgimento do controle sobre a sexualidade e a reprodução

No caso da teoria elaborada por Elsimar Coutinho, é evidente a eficácia de determinadas histórias sobre primatas e narrativas que procuram falar das origens “naturais” da fertilidade, sexualidade e reprodução humanas. A passagem desse “estado de natureza” para o “estado de sociedade” ou “civilização” é intermediada por uma referência à “pré-história” humana. É, então, da seguinte forma que o autor caracteriza a pequena, mas significativa, mudança na sexualidade surgida na escala evolutiva a partir do *Homo erectus*:

Embora não haja informação sobre a vida sexual dos primeiros hominídeos, ao que parece os ancestrais do homem se reproduziam do mesmo modo que fazem hoje seus parentes não-humanos. [...] Os machos dos primitivos hominídeos provavelmente copulavam livremente com suas fêmeas e o faziam na posição mais comumente usada por macacos, que agarram e penetram as fêmeas por trás. Mas, à medida que o homem evoluiu para a postura ereta (*homo erectus*), ele passou a copular face a face, sem jamais ter abandonado a eventual abordagem por trás. As semelhanças entre o homem primitivo e os primatas subumanos se estendem à prática da poligamia mesmo quando há escassez de fêmeas. (Coutinho, 1996, p. 29-30).

Portanto, para o autor, a “ação reprodutora dos machos” também se apresenta como um traço que perpassa a pré-história humana. No que diz respeito à questão sobre a disponibilidade das fêmeas primatas para o sexo, Coutinho argumenta justamente que o ciclo menstrual funcionava como uma forma de potencializar os encontros sexuais e a concepção.

As relações sexuais eram determinadas naturalmente pela atratividade das fêmeas e pela agressividade sexual dos machos, como continua a ocorrer nos dias atuais com os primatas subumanos que vivem em liberdade. As fêmeas humanas, sempre disponíveis, tornavam-se especialmente desejáveis nos dias que

precedem e nos dias em que ocorrem as ovulações, exatamente como acontece com as fêmeas de outras espécies animais. Assim, a concepção estava assegurada sempre que surgiam as primeiras ovulações, em torno dos 18 anos, idade na qual as mulheres, subnutridas como deveriam ser as pré-históricas, começavam a ovular. (Coutinho, 1996, p. 30).

A ideia da constante disponibilidade sexual das fêmeas humanas pré-históricas fundamenta a defesa de que as – também constantes – gravidezes evitavam que essas mulheres menstruassem durante suas curtas vidas. Além disso, esse efeito era assegurado pela inevitável “ação reprodutora dos machos”, que segundo Coutinho existiam em maior número do que as fêmeas, o que tornaria muito difícil que estas “escapassem” do “assédio sexual dos homens” da época (Coutinho, 1996, p. 30-31).

De acordo com o autor, somente na próxima etapa dessa sequência evolutiva, a civilização, a sexualidade humana passaria a sofrer as interdições da sociedade, o que descaracterizaria de certa forma esses aspectos naturais até então enfatizados. Para ele, “para atender aos interesses da sociedade, a liberdade sexual praticada na vida selvagem já não era permitida” (Coutinho, 1996, p. 32-33).

Segundo Coutinho, em função da idade precoce com que a mulher se casava, e do grande número de filhos que tinha, ela acabava por apresentar poucas menstruações ao longo da vida. A menstruação representaria uma espécie de doença indesejável, relacionada à infertilidade. A relação com a prostituição e doenças daria, então, à menstruação uma conotação inicial negativa, que na visão do autor só seria questionada por Hipócrates, na Grécia Antiga (Coutinho, 1996, p. 34).

Coutinho apresenta uma breve descrição da menstruação em diferentes contextos históricos e sociais; desde o Império Romano, em que o sangramento menstrual fora considerado por Plínio, o Velho, como um veneno fatal perigoso, cuja descarga mensal seria purificadora para as mulheres; passando pela Idade Média, com o período Bizantino e a Europa feudal, em que a menstruação era um fenômeno observado em mulheres virgens (religiosas e aquelas que ainda não haviam se casado); até a Renascença, em que seriam feitas as primeiras descrições dos órgãos e funções do corpo humano.

Contudo, foi na segunda metade do século XX que se deu “uma explosão de conhecimento sem precedentes na história da medicina” (Coutinho, 1996,

p. 48). Com a descoberta dos hormônios, estrógeno e progesterona, “começavam [...] a ser desvendados os mecanismos responsáveis pelo misterioso sangramento” (Coutinho, 1996, p. 46). É nesse momento histórico que Coutinho se situa, e também com esse projeto de desvendar os mecanismos e explicar os mistérios da reprodução humana, que se identifica. Ele relaciona o desenvolvimento histórico das concepções sobre ciclo menstrual e menstruação ao momento em que se dá a produção de contraceptivos, na qual esteve envolvido:

Somente depois da década de 50 surgiram os anticoncepcionais que, pela primeira vez na história da humanidade, davam às mulheres a alternativa de controlar o seu ciclo menstrual, prolongando-o, encurtando-o, ou simplesmente abolindo-o, por períodos curtos ou longos. Por que a grande massa de mulheres do mundo inteiro não passou a se valer desse recurso para deixar de menstruar é a pergunta-chave que este livro tenta responder. (Coutinho, 1996, p. 48).

Para ele, tanto a menstruação como os ciclos férteis não fecundados são “inúteis” em relação aos propósitos da natureza, segundo os quais esses fenômenos foram concebidos: a finalidade primordial da sexualidade e da fertilidade é a reprodução biológica. Uma vez que a sociedade interveio sobre esse processo reprodutivo, e conseqüentemente sobre a sexualidade e a fertilidade, acabou por gerar este fenômeno – não natural – que são os sangramentos mensais. Dessa maneira, a economia reprodutiva na “sociedade” ou “civilização” produziria o sangue menstrual, ao contrário da economia reprodutiva na “natureza”, em que o produto esperado é sempre a descendência biológica, a prole.

Do descrédito das sangrias à patologização da menstruação

A configuração da menstruação como um produto da organização social é um argumento fundamental de Elsimar Coutinho. Essa associação o permite defender a inutilidade dos ciclos mensais. Outro recurso importante, presente também no título do livro, é a analogia entre a menstruação e a sangria terapêutica. Coutinho procura mostrar como a sangria, atualmente considerada uma prática absolutamente ineficaz do ponto de vista científico, foi usada por vários séculos como um recurso médico eficiente.

Coutinho (1996, p. 53) enfatiza a importância do apoio dos médicos para a concepção da menstruação como “um fenômeno benéfico à saúde”:

Para que a menstruação fosse aceita no mundo civilizado como fenômeno benéfico à saúde, não poderiam as mulheres deixar de ter dos médicos uma avaliação favorável do estranho e incômodo sangramento. Sem compreender exatamente por que as mulheres sangravam periodicamente, os primeiros médicos basearam o seu posicionamento favorável à menstruação na observação de que a chegada das regras representava um grande alívio, sobretudo para aquelas que desenvolviam periodicamente uma perturbadora tensão nervosa. Desconhecendo a existência da ovulação e até da circulação do sangue, os fundadores da ciência médica, que era considerada uma arte nos seus primórdios, só poderiam mesmo interpretar o fenômeno como um recurso da natureza para aliviar o mal-estar periódico a que estavam sujeitas as delicadas criaturas. Como nem os homens nem as mulheres grávidas sofriam as flutuações de humor a que estavam sujeitas as mulheres não-grávidas, não precisavam sangrar.

Essa percepção teria inspirado, para o autor, a principal forma de tratamento utilizada por médicos desde a Grécia Antiga: as sangrias terapêuticas. Coutinho descreve uma série de documentos relatando a utilização da sangria como terapia para a grande maioria das doenças, bem como as regras, detalhes e peculiaridades da forma como provocar a sangria nos mais variados casos. Enfatiza a importância de Hipócrates e Galeno no processo de divulgação e legitimação da sangria na medicina, apresentando a teoria dos humores que fundamentava a concepção do corpo humano.

Ao apontar os embates e controvérsias de médicos contemporâneos com relação à eficácia da sangria e às ideias de Galeno, Coutinho procura demonstrar como, a partir da lógica vigente na época, todos os argumentos contrários à sangria poderiam ser desqualificados. O sistema simbólico elaborado por Hipócrates e Galeno, que considerava a sangria como o tratamento médico por excelência, neutralizava argumentos e práticas contrários a ela. No entanto, a partir dos nossos parâmetros contemporâneos, informados pelos conhecimentos científicos atuais, consideramos outros argumentos e práticas muito mais plausíveis do que a própria sangria.

Uma forma usada pelo autor para mostrar a sangria como uma prática lamentável foi enfatizar os absurdos e os casos em que esta resultava no efeito justamente contrário ao esperado. Ele cita, por exemplo, o caso do primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, que, em 1799, teria sido uma vítima fatal das sangrias (Coutinho, 1996, p. 79-80).

Coutinho busca relacionar a menstruação à sangria, e contrapor essa prática anteriormente consagrada e socialmente compartilhada à percepção

contemporânea, caracterizando-a como um equívoco sustentado por um sistema simbólico atualmente desacreditado. Por detrás dessa analogia está o projeto de mostrar que a menstruação é uma prática ineficaz, desnecessária, e também perigosa, como a sangria.

Em *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*, a antropóloga estadunidense Emily Martin (2006) problematiza as representações da medicina sobre o corpo feminino, procurando abordar a ciência como um sistema cultural que produz uma série de significados e metáforas sobre o corpo.

Martin explora o paralelo entre corpo e sistema econômico, desenvolvendo também por Elsimar Coutinho em algumas passagens do seu texto. Para a autora, o modelo que pauta a construção simbólica do corpo é o de uma sociedade industrial. Sendo assim, o corpo representa um “pequeno negócio que tenta economizar, gastar ou balancear suas contas” (Martin, 2006, p. 78). Entradas e saídas são calculadas para avaliar o bom funcionamento do sistema. Há uma hierarquia interna que organiza a transmissão de mensagens, ordens (químicas) entre os diversos órgãos do corpo, o hipotálamo “rege” uma orquestra altamente treinada (Martin, 2006).

Ao falar sobre menstruação e menopausa, Martin mostra como historicamente a menstruação foi sendo relacionada a um estado de impureza, como algo debilitante, concebida como uma patologia. Como mostra a autora, a menstruação é definida frequentemente, em textos médicos, como um processo de desintegração, uma hemorragia, resultado de uma queda hormonal, uma necrose do tecido endometrial – enfim, uma falha, sempre, e inevitavelmente, algo negativo. O corpo feminino é pensado como uma máquina cuja principal atividade é a da reprodução biológica. Em outras palavras, a reprodução é, por excelência, a forma de produção esperada para o corpo feminino, e tanto a menstruação como a menopausa são vistas como uma falha nessa produção. Nas palavras da autora,

a menstruação não apenas traz consigo a conotação de um sistema produtivo que fracassou na produção, como também transmite a noção de uma produção desvirtuada, fabricando produtos sem uso, fora das especificações, invendáveis, desperdícios, sucatas. Por mais repugnante que possa ser, o sangue menstrual irá sair. Uma produção desvirtuada é também uma imagem que nos enche de horror e consternação. (Martin, 2006, p. 93).

Martin procura, nos relatos das mulheres que entrevistou, focos de resistência para essa concepção médica, reprodutiva, sobre o corpo feminino. A autora aponta uma série de relatos “mais fenomenológicos”, ou “menos científicos”, sobre a menstruação nas entrevistas com mulheres da classe trabalhadora, e conclui que as mulheres de classe média acabam reproduzindo os discursos médicos que relacionam a menstruação à reprodução. Para ela, esse tipo de “modelo teleológico”, que aprisiona os diferentes órgãos e o corpo em um só propósito ou função, reprime outras formas de concepção e associações possíveis:

“Todavia, tanto a mulher que deseja filhos como a mulher que é lésbica e não tem relações sexuais com homens e a mulher que não deseja ter filhos relacionam-se de maneiras completamente diferentes com as funções em potencial desses órgãos. Ao se concentrar na gravidez, uma função que se espera que todos os órgãos reprodutivos femininos realizem, o modelo médico e as mulheres que o aceitam tendem a ocultar a verdadeira união compartilhada pelas mulheres: todas nós menstruamos ou já menstruamos no passado. Ao fazer da gravidez o objetivo final para o qual está empenhado o sistema (e da menstruação um fracasso e desperdício), passamos a menosprezar a menstruação – a única coisa que todas compartilhamos, férteis, estéreis, heterossexuais ou homossexuais. Ironicamente, em nossa sociedade, a maioria das mulheres não tem intenção de engravidar na maior parte do tempo. De forma que a chegada da menstruação poderia, quase sempre, ser vista como um bem-vindo sinal. (Martin, 2006, p. 180).

Nessa passagem, Martin demarca uma posição relacionada à forma de conceber as relações entre corpo e gênero que não necessariamente coincide com outras abordagens feministas e/ou pós-feministas.⁴ De qualquer forma, a maneira como ela problematiza as conexões entre menstruação e reprodução é bastante iluminadora para pensar os argumentos construídos por Elsimar Coutinho. As falas de Coutinho sobre a menstruação podem ser lidas à luz dessa crítica colocada por Emily Martin.

O trecho de um dos capítulos da obra de Coutinho, intitulado “O que é a menstruação?” reproduz, por exemplo, vários dos aspectos elencados pela autora:

⁴ Para uma problematização da perspectiva analítica de Emily Martin, em uma leitura comparativa com o livro de Thomas Laqueur (2001), ver o artigo “O corpo fazendo a diferença”, de Fabíola Rohden (1998).

O insucesso reprodutivo que leva à menstruação pode ser o resultado da ausência de coito, coito incompleto ou interrompido, coito com homem infértil, presença de obstáculos no trajeto dos gametas, falhas na fertilização, falhas na embriogênese, falhas na implantação do embrião, defeito de desenvolvimento do embrião ou sua rejeição imunológica. Em outras palavras, a menstruação só ocorre quando não há fecundação ou quando um ovo fecundado não vinga. A repetição do fenômeno ocorrerá sempre que as mulheres forem inférteis ou se abstiverem voluntária ou involuntariamente de manter contato sexual com os homens ou tiverem relações apenas com homens naturalmente inférteis ou, sendo férteis, tiverem recorrido a métodos artificiais de contracepção. (Coutinho, 1996, p. 87).

Apesar das ressalvas possíveis à forma como Emily Martin pensa as relações entre corpo e gênero, é notável o apelo “catastrófico” da narrativa apresentada por Coutinho sobre a menstruação. O autor associa a menstruação às ideias de hemorragia; expulsão; desorganização; queda dos níveis dos hormônios; insucesso reprodutivo – resultante da ausência ou interrupção de coito; infertilidade, obstáculos e falhas na fertilização, na embriogênese ou na implantação do embrião; defeito de desenvolvimento do embrião; rejeição imunológica; não fecundação ou ovo fecundado que “não vinga”; aborto; colapso, etc. Essas concepções reaparecem em diversos momentos da obra de Coutinho.

Ao tratar da síndrome pré-menstrual (SPM), o autor segue o mesmo percurso analítico, considerando e potencializando os aspectos negativos do ciclo menstrual, ou a sua “inutilidade” do ponto de vista reprodutivo. Nesse momento, no entanto, Coutinho (1996, p. 98) passa a enfatizar o quanto o ciclo menstrual pode ser debilitante, principalmente, na fase pré-menstrual, conduzindo sua argumentação no sentido de defender que “os efeitos da síndrome pré-menstrual para o comportamento da mulher podem ser devastadores, não somente para ela como para seus familiares e amigos, com prejuízos tanto na esfera social quanto profissional”. Enumera-os, então:

Eficiência reduzida no emprego, na escola ou em competições esportivas, depressão, nervosismo, insegurança, insônia, conflitos conjugais, maus-tratos e rejeição dos filhos, agressividade dirigida indistintamente aos subordinados e aos superiores hierárquicos, confusão mental, esquecimento, ingestão exagerada de alimentos ou de bebidas alcoólicas [...] Perda de confiança de amigos e familiares, do emprego, de uma promoção ou de uma posição na empresa, afastamento do marido, divórcio, tentativas de suicídio e até de assassinato são

conseqüências do estado mental alterado na fase pré-menstrual das vítimas de SPM. (Coutinho, 1996, p. 98).

Os “maus-tratos e rejeição aos filhos” são ressaltados pelo autor, evidenciando o que ele parece entender como uma incompetência para o cumprimento das tarefas relacionadas à maternidade, juntamente com as demais expectativas sociais para as mulheres:

Em estudos realizados na Inglaterra sobre a síndrome, foram constatadas conseqüências da mudança do comportamento das mulheres até na freqüência das visitas dos filhos menores das vítimas ao pediatra. Os filhos neste caso se tornam vítimas da desatenção, agressividade e perda de coordenação da mãe, que pode machucar, deixar de alimentar ou simplesmente castigar injusta ou exageradamente a criança. Notas baixas na escola, perda de provas, atraso em encontros, dizer o que não queria, atropelar, ser atropelada, provocar ou ser vítima de acidentes tanto em casa quanto no trabalho, queimar o bolo, carregar no sal ou esquecer o tempero, cometer infrações, praticar crimes. Tudo feito involuntária e irracionalmente. Caracteristicamente, a vítima de SPM não se dá conta das modificações no próprio comportamento e reage indignada quando é acusada durante a crise de agir de modo anormal. (Coutinho, 1996, p. 98).

Coutinho enfatiza, objetivamente, a associação entre esses comportamentos e a menstruação, diferenciando-os de “outros estados mentais que provocam alterações do comportamento”. Esse processo de definição de um quadro patológico para a síndrome pré-menstrual justifica a defesa do autor da necessidade de algum tipo de intervenção: “a SPM é um problema muito sério para a paciente e todos aqueles a ela relacionados e por isso mesmo não pode ser aceita como algo inevitável” (Coutinho, 1996, p. 99).

Logo após apontar os tipos de tratamento possíveis, dentre os quais se encontram os contraceptivos hormonais, Coutinho cita e apresenta uma das primeiras e mais conhecidas pesquisas sobre a síndrome, realizada por uma médica inglesa, Katherine Dalton. Um dos objetivos da autora foi mostrar o “prejuízo para a indústria inglesa provocado por problemas associados à menstruação”, explicitando uma preocupação com a relação entre corpo, trabalho e produção: “A Texas Instruments, por exemplo, cujos componentes eletrônicos são montados por mulheres, registra uma redução de 25% na produtividade das operárias na fase pré-menstrual.” (Dalton, 1983 apud Coutinho

1996, p. 99-100). Portanto, a síndrome pré-menstrual é apresentada como um estado que potencialmente incapacita para o trabalho.

Coutinho (1996, p. 100-101) cita uma série de exemplos nesse sentido, que vão desde o “engano no arquivamento de documentos, o café derramado e a dificuldade em localizar dados” de uma secretária, ou de juízas preocupadas com a possibilidade de cometer injustiças em julgamentos durante esse período, até casos mais perigosos, como o de uma trapezista, paciente dele, que se mostrava preocupada com os efeitos da fase pré-menstrual para sua segurança durante as apresentações.

Para o autor, casos como esses são a prova de que os ciclos menstruais podem ser uma fonte de perigo e riscos não somente para as mulheres, mas também para todos que as cercam. É, ainda, a partir da pesquisa de Dalton que esses fatores se entrelaçam, criando a concepção de que a síndrome pré-menstrual poderia levar mulheres “normais” a cometer crimes. Seguindo essa concepção, a síndrome pré-menstrual passa a funcionar como um fator atenuante em causas jurídicas contra mulheres. Dalton (1983 apud Coutinho, 1996, p. 100) é conhecida por propor tratamentos à base de progesterona com o propósito de evitar que o “comportamento criminoso” se repita.

Coutinho não deixa de perceber, e mencionar, o quanto esse argumento pode funcionar contra os interesses dos movimentos feministas, tradicionalmente empenhados em questionar as “naturalizações” dos comportamentos que, por muito tempo, colaboraram para a opressão e dominação de mulheres. Ainda assim, persiste no reconhecimento da síndrome como um fato concreto que leva à “perda do juízo” ou a “momentos de irracionalidade” (Coutinho, 1996, p. 104-105).

Embora Coutinho apresente a síndrome pré-menstrual como um “dado” ou “fato concreto”, esse ainda é um tema em debate do campo médico contemporâneo, uma vez que os sintomas variam significativamente de pessoa para pessoa, assim como a proporção de pacientes que os relatam. Estudos indicam que a proporção de pacientes portadoras da síndrome pode variar na literatura médica entre 5% e 97% (Azevedo, 2005). Não pretendo, aqui, discutir se a síndrome pré-menstrual “existe” ou não, mas destacar, para além da forma como o autor trata a questão da incapacidade para o trabalho (doméstico ou não), a intencionalidade em utilizar a síndrome pré-menstrual como um

argumento importante na configuração da “anormalidade” ou “malefício” dos ciclos menstruais e, portanto, na defesa da supressão da menstruação.

A desnaturalização da menstruação

Ao final do livro, Elsimar Coutinho procura responder a alguns dos argumentos em defesa da menstruação. Para tanto, começa a discussão retomando a associação entre menstruação e natureza:

Apesar das reconhecidas desvantagens da menstruação repetida, é surpreendente que inúmeros livros e artigos escritos por homens e mulheres sobre o assunto que não tenham se posicionado a favor de medidas que conduzam a uma progressiva supressão das regras. Predominam colocações conformistas ou defensoras do *status quo* na pressuposição hipocritiana-galênica de que se as mulheres menstruam por determinação da natureza “sábia” é porque menstruar é bom para a saúde. Como se tudo que fosse natural – a violência, a dor, a doença e a morte – devesse ser aceito sem resistência. Essa linha de raciocínio prevalece até hoje, fim do século XX, quando, em vez de reconhecer a inutilidade do sangramento periódico, se busca atribuir à menstruação repetidas vantagens para a saúde da mulher que deixam os homens morrendo de inveja. (Coutinho, 1996, p. 139).

Nessa passagem, Coutinho admite a possibilidade de desvalorização da “natureza”, que ele estaria disposto a estabelecer se aceitasse considerar a menstruação como algo “natural” (o que não faz). Reconhece, portanto, a instabilidade dos fenômenos da natureza e a sua permissividade aos investimentos culturais que se façam, ou se configurem socialmente, como necessários. Uma operação retórica possível seria admitir que a menstruação é natural, mas que nem tudo que é natural é bom, e nesse caso deve-se optar pelas intervenções culturais. Mas não é a que Coutinho escolhe. O autor prefere “desnaturalizar” a menstruação, defini-la como um produto da sociedade, e defender a sua supressão através do uso de determinados contraceptivos hormonais.

Por que Coutinho faz essa escolha? Em primeiro lugar, porque o que está em jogo nesse caso são as intervenções contraceptivas desenvolvidas por ele ao longo de sua carreira. Ele entra nesse debate fundamentalmente para legitimá-las. Segundo, pela posição hierárquica que o biológico tem em seu discurso, visto que defende, em todos os textos previamente apresentados,

uma soberania do biológico ou dos planos da natureza. A intervenção proposta por Coutinho nada mais faria do que reproduzir o natural: a não menstruação para mulheres em período fértil. Mas, para isso, é preciso também reagir aos argumentos favoráveis à menstruação.

O principal argumento a favor da menstruação – a constatação de que, durante a vida fértil, as mulheres teriam menos doenças cardiovasculares do que os homens – seria, inclusive, uma das justificativas para o uso de terapias de reposição hormonal. Coutinho, entretanto, desloca a possível proteção cardiovascular relacionada às menstruações para o efeito do estrogênio, hormônio cuja produção cessa durante a menopausa. Aborda discussões sobre o eventual benefício da perda de ferro através dos sangramentos, retomando o debate sobre a anemia. Critica, também, as abordagens que consideram benéfica a sensação de alívio, após a menstruação, relatada por mulheres que têm tensão pré-menstrual. Outro argumento discutido é o da proteção do útero contra o câncer de endométrio oferecida pelas menstruações: dessa vez, Coutinho (1996, p. 142) recorre à ação da progesterona nessa proteção, e não do sangramento menstrual.

Finalmente, Coutinho critica o estudo, publicado na *Quarterly Review of Biology* em 1993, no qual Margie Profet (1993 apud Coutinho, 1996, p. 142) defendeu que “a menstruação representa uma defesa contra micróbios transportados pelos espermatozoides para dentro do corpo da mulher”. Coutinho (1996, p. 144) responde que, “na verdade, a menstruação não mata bactérias, servindo, ao contrário, como excelente meio de cultura para patógenos como o *Staphylococcus aureus*, responsável pela síndrome do choque tóxico, que pode ocorrer em usuárias de tampões higiênicos”.

No final do livro (primeira edição), são formalizadas propostas de intervenção para suprimir a menstruação, ou evitar os sangramentos repetidos. Coutinho descreve desde as formas mais “radicais”, como as cirurgias esterilizadoras, até as propostas de contracepção hormonal. Aponta as principais vantagens e desvantagens de cada método, considerando especialmente questões como tensão pré-menstrual, cólicas e, evidentemente, a redução ou supressão da menstruação. Sua principal ênfase recai sobre os implantes subcutâneos, que considera “o mais moderno método de contracepção”. Destaca, nesse contexto, um “composto que poderá ser utilizado para suprimir a ovulação e a menstruação sob a forma de implante”, a “elcometrina (ST-1435)” (Coutinho, 1996, p. 153-154).

A elcometrina é um dos principais contraceptivos recomendados e implantados em suas pacientes em clínicas e consultórios particulares, e foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas nos laboratórios de Coutinho em Salvador. O nome da substância forma um anagrama com as primeiras letras do nome completo de Coutinho (seu nome do meio é Metzker). O envolvimento de Elsimar Coutinho com a pesquisa, divulgação e comercialização de contraceptivos hormonais, como evidencia essa recorrência à substância desenvolvida em seus laboratórios, é fundamental para entender as conexões entre os seus argumentos sobre menstruação e natureza e a sua prática profissional.

No final da década de 1990, passou-se a divulgar a possibilidade da supressão da menstruação com contraceptivos hormonais, a partir do uso de produtos lançados por diversos laboratórios farmacêuticos. Em outro texto (Manica, 2003), procurei mapear as discussões sobre esses contraceptivos nos materiais de divulgação dos laboratórios, nas falas de médicos em congressos de ginecologia e obstetria e também em suas falas sobre esses medicamentos em meios de comunicação. O livro de Coutinho, *Menstruação, a sangria inútil*, foi uma das referências fundamentais para essa discussão, sobretudo no âmbito dos meios de comunicação, e na literatura de divulgação científica, saúde e bem-estar e autoajuda.

Há muitas conexões entre os argumentos divulgados por Elsimar Coutinho e aqueles utilizados por alguns médicos para justificar e divulgar esses novos contraceptivos. Ao contrário do que ocorreu no final da década de 1950, quando a pílula anticoncepcional foi lançada, havia no final do século passado um contexto mais favorável para a divulgação da supressão da menstruação como um produto a ser desejado, e consumido. A trajetória e os argumentos de Elsimar Coutinho explicitam essas relações e conexões, bem como o empenho na produção de discursos sobre a natureza.

Is menstruation obsolete? reformulações e ampliações do livro

Ao divulgar seu livro *Menstruação, a sangria inútil*, Coutinho costuma apresentar também sua versão em inglês, publicada em 1999 pela Oxford University Press, em coautoria com Sheldon Segal, um dos principais diretores do Population Council (nos EUA, na Inglaterra) na área da contracepção

hormonal.⁵ Além do idioma, há uma série de modificações no texto dessa edição que foram, também, incorporados nas versões subsequentes em português. Apontarei, a seguir, as reformulações e ampliações mais significativas.

Um olhar comparativo entre as diferentes edições nos permite perceber não somente as especificidades da autoria de Coutinho que foram abolidas ou alteradas, como também as novas discussões incorporadas na edição inglesa. A começar pelo título do livro, reformulado de *Menstruação, a sangria inútil* para *Is menstruation obsolete?* O maior cuidado na proposição da tese sobre a “inutilidade” da menstruação se reflete, também, em diversas passagens.⁶

O texto de Coutinho e Segal é precedido por dois prefácios: o primeiro de uma pesquisadora americana da área das ciências sociais na Universidade de Pennsylvania, Kate Miller, e o segundo, do coautor Sheldon Segal. Para Segal, a contribuição de Kate Miller foi importante por oferecer “o ponto de vista de uma mulher e a crítica de uma cientista social” (Coutinho; Segal, 1999, p. xv, tradução minha). Os comentários de Kate Miller indicam, na verdade, uma tentativa de antecipar e responder a uma série de críticas sobre o livro.

Miller inicia o prefácio com a afirmação de que a menstruação é poderosa, envolta por diversos significados, tabus e rituais em diferentes momentos históricos e contextos sociais. Defende, entretanto, que essas crenças não são necessariamente significativas no que se refere à percepção médica da menstruação. Resume seu argumento na seguinte frase: “o valor cultural da menstruação simplesmente não está relacionado ao seu valor fisiológico” (Coutinho; Segal, 1999, p. ix, tradução minha). A pesquisadora prevê que a mensagem seria interpretada politicamente, uma vez que desde as décadas de 1970 e 1980 as mulheres nos Estados Unidos teriam reagido à “medicalização” e à “patologização” da menstruação.

⁵ Formado em bioquímica e embriologia, o pesquisador estadunidense Sheldon Segal (1926-2009) foi diretor da divisão médica do Population Council – organização não governamental criada em 1952, que contava com financiamento das Fundações Ford e Rockefeller, entre outras, para discutir e propor soluções para a “questão populacional” a partir do desenvolvimento de métodos contraceptivos. Segal e Coutinho foram parceiros em vários projetos de pesquisa científica, dentre eles, o desenvolvimento de implantes subcutâneos contraceptivos. Para além da publicação internacional do livro, a aliança com Segal foi fundamental na trajetória de Coutinho para assegurar o aporte de financiamentos que possibilitaram a realização de várias pesquisas em Salvador (ver Manica, 2009).

⁶ Como a dedicatória, que deixa de ser “à Tereza, companheira de todas as horas, que dividiu comigo a sua experiência de viver sem as *regras* impostas pela natureza” para apenas “my loving companion Tereza”.

No Brasil, as pesquisas com contraceptivos e os discursos sobre contracepção e menstruação estiveram, também, envolvidos em polêmicas relacionadas ao potencial desses métodos para implementar políticas de controle demográfico, frequentemente articuladas a práticas que eram criticadas por não levar em conta determinados parâmetros, como os colocados a partir da discussão sobre os direitos reprodutivos (Manica, 2009). Contudo, Miller argumenta da seguinte forma, em defesa do livro:

Is Menstruation Obsolete? argues for menstrual suppression based on improving women's medical health. The discussion does *not* involve wresting control of women's bodies in order to place it in the hands of doctors, nor exhortations to conceal evidence of menstruation, nor attempts to suppress or erase women's femininity. Instead, it presents a fresh view of menstruation, ultimately concluding that regular menstruation over the course of a woman's reproductive years is simply not necessary from a medical perspective. It is then up to the reader to decide whether these arguments outweigh her personal feelings about menstruation. (Coutinho; Segal, 1999, p. x, grifo dos autores).

Um dos capítulos adicionados apresenta as formas “naturais” de suprimir a menstruação. A forma de colocar essa discussão para o público anglófono difere, certamente, no que se refere à retórica da escolha individual. No final do prefácio, Kate Miller inclui essa discussão no campo das novas tecnologias reprodutivas, afirmando a supressão da menstruação como uma das novas possibilidades após a quebra de certas barreiras médicas.

This is a message whose time has come. Fifty years ago women and men lived with certain immutable assumptions about the reproductive process: that human eggs could not be fertilized outside the body, that a woman's pregnancy must involve her own egg, that an anovulatory woman could never conceive, etc. By now, these medical barriers have all been broken, and their use by individuals and couples have found gradual acceptance in society. This book's conception of menstruation is perhaps another example of the medically “immutable” rendered healthfully under the control of individual women. (Coutinho; Segal, 1999, p. xi).

A partir do prefácio de Sheldon Segal, as motivações para a inclusão do “ponto de vista” de uma mulher, cientista social, ficam mais claras. Após apresentar aos leitores esse livro como proveniente de uma edição brasileira,

Segal comenta que a repercussão do livro no Brasil ilustra a “carga emocional” da discussão. Segundo ele, algumas mulheres teriam interpretado o livro como um ataque aos benefícios da menstruação e uma proposta de supermedicalização da saúde feminina que deixava de reconhecer sua importância cultural, social e psicológica. Outras, por sua vez, teriam ficado aliviadas com a possibilidade de controlar melhor seus ciclos menstruais (Coutinho; Segal, 1999, p. xiii-xiv).

Aproveitando o material acrescentado nas mudanças editoriais feitas para a versão em inglês, Coutinho incorporou, a partir da quinta edição do livro no Brasil, outra introdução, dois capítulos novos e uma conclusão diferente da edição inicial. As alterações feitas são interessantes porque registram alguns dos termos do debate em torno da questão da supressão da menstruação desde o lançamento da primeira edição de Coutinho. A fim de reapresentar, através de seu conteúdo, algumas das questões relativas ao debate, discuto esses novos capítulos.⁷

Uma questão central, que aparece no título de um dos capítulos acrescentados à quinta edição, é a discussão sobre “natural” e “artificial”. Esta “naturalidade” é, inclusive, valorizada na edição em inglês, como podemos ver pelo prefácio de Kate Miller (Coutinho; Segal, 1999, p. ix-xi). Embora Coutinho propusesse a desvinculação da menstruação à natureza, todas as formas de evitar a menstruação, previamente propostas por ele, como vimos, envolviam intervenções entendidas como “artificiais” no corpo feminino: cirurgias ou a utilização de hormônios, em geral contraceptivos. Na edição inglesa, estas intervenções foram apresentadas como “supressão médica da menstruação”, em oposição à supressão “natural” da menstruação, apresentada em primeiro lugar, e que compreenderia situações como a gravidez, a amamentação, a pseudogravidez e exercícios físicos.

O capítulo que encerra essa nova edição assinala, como indica o título, “quando a ausência da menstruação está ligada a doenças”. É, também, resultado de um debate prévio sobre a supressão da menstruação, em que se apontava a importância dos sangramentos menstruais como um sinal do bom funcionamento do sistema reprodutor. Coutinho apresenta, dessa forma, as

⁷ Todas as referências citadas neste artigo se referem à edição mais recente pesquisada, a 6ª. No entanto, as alterações foram comparadas em relação à 3ª edição. Ambas constam, na ficha catalográfica da editora, como sendo de 1996.

principais “doenças” ou “anomalias” que poderiam ser diagnosticadas através da suspensão dos sangramentos.

A edição em inglês e a incorporação das mudanças editoriais a partir da quinta edição brasileira sinalizam, principalmente, um aprofundamento do debate sobre a oposição entre natureza e cultura e sobre as formas de se suprimir a menstruação. Escrita depois de 1999, a nova introdução divide-se em duas partes.

Na primeira, Coutinho descreve a trajetória de sucesso do livro desde a sua primeira edição, em 1996. Nesse processo estariam incluídas as tiragens direcionadas exclusivamente à classe médica, e financiadas por laboratórios farmacêuticos. Segundo ele, 20 mil exemplares foram comprados pelos laboratórios para a distribuição gratuita em congressos médicos e em consultórios, o que sugere que o livro estaria articulado aos interesses dos laboratórios em legitimar no âmbito do campo médico, e através dos argumentos de Coutinho, a positividade do efeito da supressão dos sangramentos. A iniciativa de publicar o livro no exterior, e a decorrente colaboração de Sheldon Segal na sua realização, foram também apontados por Coutinho como representativos da sua boa recepção.

Na segunda parte, Coutinho introduz “novos” argumentos relativos à desvinculação da menstruação à natureza. Ao falar dos debates que se seguiram à publicação do livro (em português e em inglês), Coutinho argumenta que “procurou enfatizar [...] a condição de vulnerabilidade da mulher primitiva” e, conseqüentemente, a inadequação da menstruação a esse “estado de natureza”. Dedicar-se, então, a descrever essa condição:

Nua, suja, desgrenhada, desenvolvia, entretanto, nos dias que precediam a ovulação, alterações no corpo e no comportamento que não podiam passar despercebidas aos machos que se encontrassem na proximidade. [...] as alterações geradas pela elevação dos níveis dos hormônios sexuais, o estradiol e a testosterona, transformavam a fêmea desconfiada, sorrateira e medrosa numa mulher corajosa, receptiva, libidinosa e oferecida. [...] A gravidez nessas circunstâncias se torna inevitável. Grávida, a mulher permanecia nove meses livre do sangramento menstrual. [...] Assim seguia a mulher primitiva pela vida afora sem roupa, sem sapato, sem banho, sem desodorante, sem perfume, sem pente, sem tesoura, sem batom, sem marido, sem casa, sem disciplina, sem fidelidade, sem vergonha, sem pecado, sem patrão, sem criado, sem direitos e sem regras. Se falhasse no seu propósito biológico de engravidar, e só mesmo se falhasse,

menstruária. E nesse caso se tornaria presa fácil para seus predadores. Franzina, desconfiada, furtiva, denunciaria sua presença pelo sangramento que corria entre suas pernas continuamente por vários dias. O cheiro de sangue atrairia seus predadores. Insetos, lagartos, serpentes, outros primatas, os grandes carnívoros. Procuraria se esconder, mas a trilha de sangue a denunciaria. O animal com uma ferida aberta durante vários dias dificilmente sobrevive na floresta. Se adormecesse, formaria uma poça de sangue no local. Se tivesse cólicas e gemesse, denunciaria o local do seu abrigo. [...] Menstruar impunemente só se tornou possível com a civilização. O desenvolvimento dos tecidos de algodão, as roupas, as toalhas higiênicas, as aglomerações urbanas, a proteção contra os animais selvagens e as práticas anticoncepcionais que tornaram possível o sexo sem gravidez. (Coutinho, 1996, p. 24-26, grifo do autor).

Comparando-se essa nova passagem aos argumentos apresentados no início deste artigo, o que se nota é uma “complexificação” da narrativa “mítica”, ou do seu aparato explicativo sociobiológico. Não se pode deixar de notar, também, um enorme descompasso entre esse passado mítico da “natureza humana primitiva” e as proposições de intervenções tecnocientíficas colocadas ao longo do livro.

Natureza e cultura, tecnociência e contracepção

O capítulo conclusivo, também introduzido na edição mais recente, parece ser uma tentativa de síntese de todo o percurso argumentativo que Coutinho traçou, desde a primeira até a última publicação. Coutinho apresenta sua conclusão a partir dos capítulos mais afinados com o discurso médico, sobre as características e efeitos da menstruação:

Depreende-se da análise dos numerosos estudos relatados neste livro que a menstruação recorrente e incessante é desnecessária e pode ser prejudicial à mulher, provocando várias doenças, entre as quais se destacam a anemia ferropriva, a endometriose e a síndrome pré-menstrual. Não existem benefícios que compensem o risco que representam as doenças catameniais para a saúde física e mental, o desempenho profissional, o relacionamento social e, sobretudo, a vida sexual e reprodutiva. Até a fertilidade é ameaçada pela sucessão de menstruações porque uma das causas mais freqüentes de infertilidade é justamente a endometriose provocada pelo refluxo do sangue menstrual para a cavidade abdominal através das trompas. (Coutinho, 1996, p. 181).

A ênfase, agora, recai sobre os efeitos da civilização sobre a fertilidade feminina: os ciclos incessantemente repetidos são uma fonte excessiva de sangue e de estrogênio, que podem causar desde as chamadas “doenças catameniais” até cânceres em órgãos relacionados à reprodução. A única salvação possível para esse perigo inevitável a que a civilização submeteu as mulheres é a tentativa de reprodução do estado de natureza, no qual – como procura demonstrar Coutinho – não existiria a menstruação.

A civilização criou condições para que a mulher não engravidasse cedo, graças a prática da abstenção, e depois para que não engravidasse por longos períodos, graças as práticas anticoncepcionais. Isso obrigou a mulher a conviver com *overdoses* mensais de estrogênio, que provocam doenças estrogênio-dependentes, algumas malignas como os cânceres de ovário, de endométrio e de mama. A ação civilizadora agiu no sentido de tirar proveito ao máximo da gratificação sensorial proporcionada pela prática do sexo sem necessariamente promover a concepção. Com o advento dos anticoncepcionais, deram os cientistas à sociedade o instrumento para impedir a ovulação, proporcionando assim à mulher os meios de atender os seus objetivos sem sofrer as conseqüências das *overdoses* desnecessárias nem as sangrias inúteis. Desgraçadamente, para obter a aprovação da Igreja Católica e assegurar aos médicos e sobretudo às mulheres que a pílula anticoncepcional era eficiente e não alterava o ciclo menstrual, a indústria farmacêutica comercializou o produto para uso intermitente, o que impede a ovulação mas promove um sangramento mensal iatrogênico em tudo semelhante a uma menstruação. (Coutinho, 1996, p. 182).

Contraditoriamente, portanto, a reprodução da natureza tal como proposta por Coutinho implica uma intervenção entendida como “artificial”: a contracepção hormonal. Devido a essa percepção, e à associação da menstruação ao “biológico” ou “natural”, nas primeiras formulações das pílulas contraceptivas, houve a intenção deliberada de se reproduzirem os sangramentos mensais.⁸

Assim, o argumento de Coutinho sobre a desvinculação da menstruação em relação à natureza parece ser, na realidade, um contra-argumento à resistência em face do uso intermitente dos contraceptivos hormonais com

⁸ Esse é um argumento recorrente no debate sobre contracepção (Gladwell, 2000; Oudshoorn, 1999) e supressão da menstruação (Manica, 2003).

os quais esteve envolvido ao longo de sua vida profissional. Essa foi, afinal, de certa forma, a sua “luta” ao longo da sua trajetória como pesquisador: demonstrar que os contraceptivos hormonais estudados e, alguns, desenvolvidos por ele em Salvador, tinham uma formulação que suprimia os sangramentos, e que isso não era anormal nem prejudicial à saúde das mulheres. Em suma, o projeto de Coutinho ao promover essa reelaboração ou ressignificação da menstruação é uma forma de justificar os contraceptivos que desenvolveu, e que comercializa até hoje no seu centro de pesquisa e em suas clínicas.

Coutinho (1996, p. 184) conclui:

O que não estava nos planos da natureza era o advento da civilização, que permitiu ao homem praticar o sexo sem fazer filho, praticar a abstenção sexual ou induzir abortos deliberados. O que consideramos prejudicial à mulher não é portanto a menstruação que se segue à ovulação que não resultou em implantação de um ovo, nem a menstruação que se confunde com um aborto ovular, muito menos o aborto espontâneo de um embrião defeituoso que geralmente ocorre nos primeiros três meses da gravidez. Essa limpeza do trato reprodutivo que esvazia o útero e escorva as trompas tem uma função vital para espécie e para a conservação da espécie. O que criticamos é a menstruação (e ovulação) incessante ao longo da vida da mulher, que certamente é estranha à natureza, não encontra apoio teleológico e gera um número inaceitável de prejuízos para a mulher civilizada.

Assim, ainda que sob os efeitos e consequências da convivência com a civilização, a “natureza”, enfim, não deixa de ser uma aliada indispensável. Em seu discurso, a natureza ocupa um lugar mais “nobre”, “puro” do que seu oposto, a civilização. Retém, de certa forma, os valores de intocabilidade e perfeição, que seriam “pervertidos” pelas intervenções elaboradas pela sociedade. Tudo o que vem “depois da natureza” (Strathern, 1992a) é visto como híbrido, impuro, contaminado. A menstruação, fenômeno decorrente da vida em sociedade e o oposto da maternidade, é categorizada pelo médico/autor como algo indesejável, inútil, nocivo. A ideia de inutilidade, a partir da analogia com a prática da sangria, remete a uma visão maquinica do corpo feminino, programado pela natureza para a produção ininterrupta de bebês.

Havendo a necessidade de controlar e diminuir a fertilidade feminina, haja vista a existência de inúmeros métodos contraceptivos, a menstruação é caracterizada pelo autor como algo obsoleto, que poderia (e deveria) ser

suprimida, desativada temporária ou definitivamente, junto com todo o sistema reprodutor feminino. Coutinho manipula as distinções entre natureza e cultura a fim de justificar os diversos contraceptivos que desenvolveu ao longo de sua trajetória, que têm como efeito colateral a alteração dos sangramentos menstruais (podendo chegar até sua completa supressão).⁹ Com isso faz parecer que os contraceptivos que desenvolveu não são, como se tende a considerar, intervenções indesejáveis sobre o corpo feminino, natural. Mas, sim, uma forma desejável e salutar de se reproduzir o que foi idealizado pela natureza: um corpo que não sangra mensalmente, do qual se retiram “apenas” os seus efeitos reprodutivos.

Assim, sua construção argumentativa faz parecer que as ciências reprodutivas e seus cientistas foram chamados a reconstituir, na medida do possível, a natureza. Ao acionar a oposição entre natureza e cultura, Coutinho justifica, ao mesmo tempo em que procura explicar os fenômenos reprodutivos, a sua atuação na elaboração, estudo e disponibilização de diversos contraceptivos hormonais. Na engenharia da medicina reprodutiva, os argumentos do cientista sugerem a construção e defesa de uma “natureza *enterprised-up*” (Strathern, 1992b).

Os efeitos imprevistos de grande parte dos contraceptivos experimentados, como a alteração dos sangramentos menstruais, ocasionaram uma série de embates para sua viabilização e estabilização no mercado farmacêutico. Nesse contexto, Coutinho teve uma participação fundamental ao elaborar esta sua teoria sobre a supressão da menstruação. Sua atuação acabou resultando positivamente não apenas para o lançamento de alguns desses contraceptivos (Manica, 2003), mas também, e principalmente, para a consolidação do seu próprio nome como uma referência importante na defesa da inutilidade dos sangramentos menstruais, e no tratamento de diversos “problemas” reprodutivos deles decorrentes.

⁹ Como comentei anteriormente, ainda que Coutinho venda a ideia da supressão total dos sangramentos, muitos dos contraceptivos presentes no mercado e que potencialmente têm esse efeito acabam, na verdade, provocando em muitas mulheres alterações nos padrões de sangramentos que podem envolver vários episódios de sangramentos esporádicos e imprevisíveis (os chamados *spottings*). Sobre isso, ver Manica (2003).

Referências

AZEVEDO, M. R. D. *Influências dos fatores individuais e sócio-culturais na ocorrência da síndrome pré-menstrual (SPM) em adolescentes*. Tese (Doutorado em Pediatria)–Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-04012006-093943/pt-br.php>>. Acesso em: 1 out. 2010.

COUTINHO, E. *Menstruação, a sangria inútil*. São Paulo: Gente, 1996.

COUTINHO, E.; SEGAL, S. *Is menstruation obsolete?* New York: Oxford University Press, 1999.

GLADWELL, M. *John Rock's error: what the co-inventor of the pill didn't know about menstruation can endanger women's health*. 2000. Disponível em: <www.gladwell.com/2000/2000_03_10_a_rock.htm>. Acesso em: 1 out. 2010.

HARAWAY, D. *Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science*. New York: Routledge, 1989.

HARAWAY, D. *Simians, cyborgs and women: the Reinvention of nature*. London: Free Association Books, 1991.

KONDO, S.; KAWAI, M.; EHARA, A. *Contemporary primatology*. Basel: Karger Publishers, 1975.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MANICA, D. T. *Supressão da menstruação: ginecologistas e laboratórios farmacêuticos re-apresentando natureza e cultura*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MANICA, D. T. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTIN, E. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MITCHELL, G. *Behavioral sex differences in non human primates*. New York: Van Norstrand Reinhold, 1979.

OUDSHOORN, N. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1999.

ROHDEN, F. O corpo fazendo a diferença. *Mana*, v. 4, n. 2. p. 127-141, out. 1998.

STRATHERN, M. *After nature: English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a.

STRATHERN, M. *Reproducing the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press, 1992b.

Recebido em: 31/10/2010

Aprovado em: 10/03/2011